

HABEAS CORPUS Nº 515.418 - PE (2019/0168141-3)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
MIRELLA CORRÊA DE OLIVEIRA WANDERLEY -
PE024151
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : RODRIGO JOSE DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de RODRIGO JOSE DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (Apelação n. 0001096-76.2011.8.17.0370).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, à pena de 18 anos e 9 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal (e-STJ fls. 23/25).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, o qual foi improvido (e-STJ fls. 26/46), em acórdão assim ementado:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. APELAÇÃO DA DEFESA PRELIMINAR. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO QUANTO A DOSIMETRIA DA PENA REJEITADA. INTERPOSIÇÃO RECURSAL COM FUNDAMENTO NO ART. 593 III ALÍNEA "C" E "D" DO CPP. MÉRITO. PEDIDO DE NOVO JULGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE DECISÃO CONFORME A PROVA DOS AUTOS. CONSELHO DE SENTENÇA ACATOU TESE DA ACUSAÇÃO. DUAS TESES. PRINCÍPIO DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS. JULGAMENTO QUE ENCONTRA EMBASAMENTO NAS PROVAS. DOSIMETRIA DA PENA PENA-BASE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NEGATIVAS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA APELO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Observou-se que a Defensora Pública se insurgiu com fundamento no art. 593, III alínea d, do CPP e, também, com relação ao quantum da pena fixado, requerendo a apresentação

das razões na segunda instância, conforme art. 600, § 4º, do CPP. Portanto, conheceu-se do recurso em sua integralidade;

2. Destacou-se ser a materialidade incontestada, conforme consoante Boletim de Ocorrência de fls. 13/16, Auto de Apresentação e Apreensão de fl. 18, ilustração de fl. 9, Autos de Reconhecimento de Pessoa de fls. 29/30 e 45/46, Perícia Tanatoscópica de fls. 61/64 e Certidão de óbito da vítima à fl. 65;

3. Quanto à participação no delito constatou-se duas teses: a) a da acusação: execução do homicídio duplamente qualificado, em razão do motivo torpe e do recurso que impossibilitou a defesa da vítima; b) e da defesa: negativa de autoria;

4. A orientação jurisprudencial de nossos Tribunais Superiores é uníssona no sentido de que se a decisão manifestamente contrária à prova dos autos quando se evidencia absolutamente alheia aos elementos de convicção constantes do processo, o que não ocorre no caso em apreço. Desse modo, a decisão dos jurados que acolhe uma das teses apresentadas pelas partes não pode ser considerada como manifestamente contrária a prova dos autos e, em face do princípio constitucional da soberania dos veredictos, não há razão para que se proceda a um novo julgamento;

5. Verificou-se que ao analisar o disposto no art. 59 do Código Penal, o Juízo a quo fixou a pena-base do recorrente em 18 (dezoito) anos e 09 (nove) meses de reclusão, tendo em vista as circunstâncias negativas apuradas da culpabilidade, circunstâncias e conseqüências do crime, concretamente fundamentadas;

6. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao apelo.

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 1/7), a impetrante sustenta que o acórdão impugnado impõe constrangimento ilegal ao paciente, pois manteve sentença que sopesou negativamente os vetores culpabilidade e consequências do delito de forma indevida. Para tanto, aduz que a motivação apresentada para o incremento da pena é genérica ou inerente à configuração do ilícito penal.

Ao final, liminarmente e no mérito, pede a redução da pena-base.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Suficientemente instruída a impetração, dispenso informações.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator